

## A generosidade do empreendedorismo adentra a escola pública: crítica à falaciosa narrativa da empregabilidade e da superação das desigualdades

The generosity of entrepreneurship enters the public school: critique of the narrative fallacy of employability and overcoming inequalities.

*Altair Alberto Fávero*<sup>1</sup>

*Carina Tonieto*<sup>2</sup>

*Caroline Simon Bellenzier*<sup>3</sup>

*Antônio Pereira Dos Santos*<sup>4</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta uma análise crítica acerca do empreendedorismo presente no Referencial Curricular Gaúcho (RCG), a partir da pergunta norteadora: como a narrativa da formação de sujeitos empreendedores é apresentada no RCG e qual proposta curricular é apresentada para a promoção do protagonismo juvenil? A pesquisa caracteriza-se como básica, exploratória, qualitativa e bibliográfica-documental e está ancorada no referencial teórico pluralista crítico de Laval (2003), Dardot e Laval (2016), Mazzucato (2014) Campo e Soeiro (2016) e Catini (2020). A partir da crítica à suposta generosidade do empreendedorismo na formação dos jovens e da constatação de que tal proposta não é novidade na educação básica brasileira, apresenta-se uma análise do Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio (RCG) no que tange a sua proposta de educação empreendedora. Por esse viés, identifica-se a incompletude dos conceitos apresentados no RCG; indica-se que a lógica do empreendedorismo empregada no RCG está alinhada à Base Nacional Comum Curricular e ao Novo Ensino Médio, consistindo em uma proposta formativa enraizada na responsabilização dos sujeitos; e, aponta-se a falaciosa retórica criada em torno dos conceitos de protagonismo estudantil, projeto de vida e empreendedorismo como promessa de sucesso, empregabilidade e superação das desigualdades.

**Palavras-chave:** Ensino Médio; Referencial Curricular Gaúcho; Protagonismo Juvenil.

**Abstract:** The article is a critical analysis about the entrepreneurship present in the “*Gaúcho*” Curriculum Reference (RCG), based on the guiding question: How is the narrative of the formation of entrepreneurial subjects presented in the RCG, and what curricular proposal is presented for the promotion of youth protagonist? The research is characterized as basic, exploratory, qualitative, and bibliographic study - documentary, in the same way, it is under the critical pluralist theoretical reference of Laval (2003), Dardor and Laval (2016), Mazzucato (2014) Campo and Soeiro (2016) and Catini (2020). Based on the criticism of the alleged generosity of entrepreneurship in the training

1 Possui Pós-Doutorado (Bolsista Capes) pela Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMéx), Doutorado em Educação (UFRGS). Atua como professor titular III e pesquisador no Curso de Filosofia, no Mestrado e Doutorado em Educação da UPF. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior - GEPES/UPF. **E-mail:** <altairfaver@gmail.com>.

2 Doutora em Educação (UPF). Professora do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS/Campus de Ibirubá). Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior - GEPES/UPF.

3 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu).

4 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (UPF).

of young people and the finding that this proposal is not new in Brazilian basic education, an analysis of the “*Gaúcho*” Curriculum Reference for High School (RCG) is presented regarding its entrepreneurial education proposal. In this axis, what is not complete in the concepts presented in the RCG is identified; It is pointed out that the logic of entrepreneurship used in the RCG is in line with the National Common Curriculum Base and with the new high school, it consists of a training proposal anchored in which the subjects would be responsible for their studies and, it is pointed towards the rhetorical fallacy created environment of the concepts of student protagonism, their life projects and entrepreneurship as a promise of success, employment and overcoming inequalities.

**Keywords:** Baccalaureate; “*Gaúcho*” Curriculum Reference; youth prominence.

## Introdução

As reformas educacionais influenciadas pelas agendas empresariais tornaram-se uma temática central nos últimos anos no Brasil, a título de exemplo, destaca-se a Lei n. 13.415/2017, que regulamenta o Novo Ensino Médio (EM). Os aspectos centrais dessa reforma dizem respeito à proposta de um currículo flexível, atraente e inovador, composto por uma formação geral básica (1.800 horas) e uma parte flexível (200h), distribuídas por cinco itinerários formativos. Dessa forma, na parte flexível do currículo, o estudante poderá escolher, dentro de cinco possibilidades, uma área de aprofundamento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, e, formação técnica e profissional. De acordo com o Ministério da Educação (2017), e a partir das alterações realizadas, o novo currículo possibilitará maior autonomia para os estudantes decidirem os rumos da própria formação. O objetivo é tornar os jovens protagonistas de suas vidas e prepará-los para o mundo do trabalho. Ou seja, os resultados esperados derivam da expectativa, que fomentando a escolha dos alunos sobre o seu futuro, os problemas pedagógicos, estruturais e o ingresso no mercado de trabalho serão resolvidos.

Após os direcionamentos de âmbito nacional, o Estado do Rio Grande do Sul elaborou um documento norteador para a última etapa da educação básica. Assim, o objetivo geral do presente estudo é desenvolver uma análise crítica da proposta de educação empreendedora presente no Referencial Curricular Gaúcho (RCG). A pergunta norteadora do trabalho é: como a narrativa da formação de sujeitos empreendedores é apresentada no RCG e qual arquitetura curricular é proposta para a exaltada promoção do protagonismo juvenil? Dessa forma, a pesquisa desenvolvida caracteriza-se como básica, exploratória, qualitativa e bibliográfica-documental. A fonte documental primária foi o Referencial Curricular Gaúcho e as fontes secundárias foram a Base Nacional Comum (BRASIL, 2018), Referenciais para Elaboração dos Itinerários Formativos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018b), Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018a), e também, o Caderno Educação Econômica do Programa Mais Educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022). A coleta e análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo (MORAES, 1999), orientadas pelo referencial teórico pluralista crítico de Laval (2003), Dardot e Laval (2016), Mazzucato (2014) Campo e Soeiro (2016) e Catini (2020).

O texto está estruturado em duas partes: na primeira, apresenta-se a ideia da generosidade do empreendedorismo na formação dos jovens, bem como se identifica que tal proposta não é novidade na educação básica brasileira, pois esse conceito já vinha fundamentando programas educacionais mesmo antes da Reforma do Ensino Médio (2017); na segunda parte, apresenta-se a análise do Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio (RCG), mapeando o emaranhado conceitual presente no atual

documento orientador das práticas curriculares para o Estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, evidencia-se que o empreendedorismo é apresentado por meio de uma linguagem pedagógica sutil, evitando as definições técnicas de seu campo de origem. A partir de tal percurso, identifica-se a incompletude dos conceitos apresentados e as relações presentes entre os documentos normatizadores do ensino médio. Por fim, defende-se que a lógica do empreendedorismo presente no RCG é mais do que uma proposta curricular, pois se constitui em uma proposta formativa enraizada na responsabilização dos sujeitos por sua condição econômica, social e cultural, desconsiderando a complexidade dos contextos e as origens dos estudantes do ensino médio.

### A generosidade do empreendedorismo na formação dos jovens (referencial teórico)

Para compreender como o empreendedorismo adentra a escola pública, é necessário partir dos motivos que possibilitaram as mudanças como proposta de formação diferenciada e inovadora para os jovens. A proposta de uma educação empreendedora para os jovens brasileiros aparece, por exemplo, no Programa Mais Educação<sup>5</sup> (BRASIL, 2010), vinculado ao eixo da educação econômica. A proposta é apresentada no 11º caderno intitulado de Educação Econômica, no qual se recupera a origem do conceito de empreendedorismo ligado ao pensamento econômico<sup>6</sup>, a sua posterior ligação com as influências socioculturais<sup>7</sup>, passando pelo enfoque comportamental<sup>8</sup> e chegando à economia solidária<sup>9</sup>. A educação empreendedora é apresentada, então, a partir de sua vinculação com a economia solidária e justificada pelo atendimento de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) “quer uma escola empreendedora” ao afirmar os princípios de uma escola democrática, participativa, autônoma, responsável, flexível, comprometida, atualizada, inovadora, humana e holística. Desse modo, “[...] quando a escola não é empreendedora, ela favorece a permanência da pirâmide social com todas as suas injustiças” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 12) e, portanto, ser uma escola empreendedora é uma questão de justiça social.

5 Criado em 2007, no governo Lula, o Programa Mais Educação vigorou até 2016. O seu propósito geral era a ampliação da jornada escolar e reorganização curricular, a fim de promover a educação integral, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

6 Cita a clássica definição de Schumpeter (1961 *apud* MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010) do empreendedor como “[...] aquele indivíduo que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais”.

7 Afirma-se a relação entre o contexto cultural e a formação do indivíduo empreendedor, onde as instituições, dentre elas a escola, influenciam o desenvolvimento dos indivíduos. Desse modo, “[...] a existência de um contexto empreendedor propiciaria o surgimento de novos empreendedores” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 10).

8 Destaca-se que os estudos de psicologia industrial organizacional mostraram que características como “[...] comprometimento com suas ações, liderança, espírito inovador, persistência, autonomia em relação às regras estabelecidas, estabelecimento de metas e objetivos, propensão para assumir riscos” não eram exclusividade dos “empreendedores de negócio” e assim “[...] uma nova visão para o empreendedorismo, agora envolvendo os aspectos comportamentais e considerando, também, os empreendedores sociais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 10-11).

9 Declara-se que as pessoas em “[...] situação de vulnerabilidades socioeconômicas a resolverem seus próprios problemas com criatividade, inovação e, acima de tudo, sede de realização e superação de obstáculos” e, assim, os “empreendedores sociais” assemelham-se aos “empreendedores de negócios”, porém com uma forte e destemida missão social cujo objetivo final “[...] não é a geração de lucro, mas o impacto social; são os agentes de transformação no setor social”. Dentre as características dos empreendedores sociais estão: “[...] não se contentam em atuar apenas localmente. São extremamente visionários e pensam sempre em inspirar a sociedade com as suas ideias e como colocá-las em prática. São persistentes e, ao invés de desistir ao enfrentarem um obstáculo, os empreendedores sociais se perguntam: ‘como posso ultrapassar este obstáculo?’ e seguem com determinação suas respostas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 12).

Para tal, são sugeridos alguns princípios orientadores para a “[...] ação educativa empreendedora na escola”:

Aprender fazendo. Encorajar participantes a encontrar e explorar conceitos amplos, a partir de suas realidades, contextualizando-as com uma visão multi e interdisciplinar. Prover oportunidades para a construção de redes educativas em prol de uma economia local e solidária. Ajudar os participantes a desenvolverem respostas emocionais ao lidarem com conflitos, encorajando-os a fazer escolhas e assumir compromissos em condições de estresse e incerteza (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 12).

Os eixos temáticos do programa são: autoconhecimento (qual é o seu sonho? como irá realizá-lo?); empreendedorismo social (aliança do conhecimento empreendedor com os problemas que afetam a comunidade); gerenciamento das finanças pessoais desenvolvendo algumas características do comportamento empreendedor, como saber ganhar dinheiro, saber poupar, saber gastar e saber doar); consumo consciente, responsável e sustentável (a nossa criatividade pode gerar modos de vida cada vez mais sustentáveis); participação no controle social dos gastos públicos (controle social como processo indispensável ao exercício efetivo da cidadania); empreendedorismo de negócios (importância do empreendedorismo de negócios para o desenvolvimento do país, geração de impostos, controle social e transparência pública; realizar a identificação de oportunidades; marketing da empresa; produção; sistema financeiro da empresa; situação financeira da empresa/capital de giro e fluxo de caixa) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022, p. 17-26).

A BNCC retoma a ideia de que a escola que acolhe as juventudes é aquela que promove o empreendedorismo por meio de desenvolvimento de “atitudes, capacidades e valores”, tais como, “[...] criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros”, as quais são vistas como “[...] competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade” (BRASIL, 2018, p. 466). A Base Nacional ressalta, também, que o empreendedorismo deve ser um dos eixos estruturantes dos itinerários formativos, conforme já previsto nas DCNs (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018a), entendido como aquisição de conhecimento de diversas áreas com vistas à “[...] formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias” (BRASIL, 2018, p. 479).

O empreendedorismo, desse modo, faz parte das competências gerais e é de responsabilidade de uma área específica, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, relacionada à categoria trabalho. Essa, justifica-se pela evidência de que “[...] há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais”, ou seja, há um cenário favorável e disponível para todos, o que aumenta “[...] a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual” (BRASIL, 2018, p. 568).

Além disso, o empreendedorismo, associado à competência, consiste em “[...] identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” e definida como habilidade de “[...] analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços”, de modo a identificar “[...] processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade” (BRASIL, 2018, p. 577). Assim, é possível perceber a continuidade do discurso em torno de empreendedorismo associado à justiça social, cidadania, inclusão, emprego, criticidade, criatividade, liberdade, ética e direitos humanos, dentre outros.

O breve apanhado apresentando demonstra que a proposta de educação empreendedora e a ênfase no empreendedorismo, protagonismo estudantil, projeto de vida e habilidades socioemocionais não é novidade no campo educacional, como anunciado pelos reformadores na defesa da BNCC e do Novo Ensino Médio. Desse modo, quanto a tais elementos, não há nada de novo no novo ensino médio. A novidade está na inclusão da proposta e do tema em documentos que não estão mais restritos a um programa, mas em políticas educacionais que redefiniram os objetivos da educação nacional e o currículo.

A exposição dos motivos para a reforma do ensino médio, expressos no ofício nº 84/2016, enviado pelo, então, ministro da educação Mendonça Filho ao Presidente da República Michel Temer, em 16/09/2016, cita, dentre outros elementos, a necessidade de superação de um currículo extenso, superficial, fragmentado e que não dialoga com a juventude, tampouco com o setor produtivo. Tal discurso será um dos pilares de sustentação do movimento pelo novo ensino médio em consonância com a BNCC e, conseqüentemente, na construção do Referencial Curricular Gaúcho (RCG) em diálogo com a Lei nº 15.410, de 19 de dezembro de 2019, que institui a Política Estadual de Empreendedorismo a ser desenvolvida nas escolas técnicas de nível médio do Estado do Rio Grande do Sul.

Na busca pela construção de um currículo atraente, flexível e eficaz, o conceito de empreendedorismo é permeado pela preocupação com a qualificação para o mundo do trabalho, marcando um novo ideal formativo que favorece o protagonismo juvenil e o planejamento da vida como centrais para a adequação das exigências do mercado de trabalho. Destarte, Laval (2003), aponta que as reformas impostas à escola são guiadas mais pela preocupação com a competição econômica e pela adaptação dos sistemas educativos à produtividade e empregabilidade, do que pela preocupação com a formação integral dos jovens. É nesse sentido que a narrativa para a formação de sujeitos empreendedores vai se constituindo como uma ferramenta ligada a uma nova concepção de educação, caracterizando o sucesso individual como resultado pela responsabilidade do seu próprio futuro e da comunidade em que vivem (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010; RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 88).

O contexto de influência e de elaboração do texto da reforma do ensino médio (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994; MAINARDES, 2006), assim como, alterações no currículo escolar demonstram a presença e a “[...] intervenção empresarial na formação dos jovens” (CATINI, 2020, p. 55). Essa evidência permite compreender que o processo educacional é transformado como uma engrenagem normativa, constituída por uma concepção de sujeito neoliberal em formação, protagonista e responsável pela sua aprendizagem e pelo seu futuro (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321).

Nessa lógica, a educação se consolida como um projeto político, social e econômico com potencial rentável que se denomina como o solucionador dos problemas relacionados ao emprego, trabalho, renda e desenvolvimento econômico e social. A generosidade do empreendedorismo reside na possibilidade de colocar à disposição de todos – e da mesma forma – as ferramentas necessárias para transformar conhecimento, atitude, proatividade, planejamento, resiliência, criatividade e aproveitamento de oportunidades em riqueza. A mudança de vida, a superação da pobreza, a resolução dos problemas estruturais básicos das comunidades em que vivem é uma questão de treino e a educação empreendedora é, assim, o caminho mais assertivo.

Nesse paradigma, todos são empreendedores, pois se trata de uma atitude natural do ser humano de resolver problemas para garantir a sua sobrevivência (postura inatista). Cabe à educação e à escola fornecerem as ferramentas para que os jovens tragam à tona todo o seu potencial; ou, ainda, todos têm



condições de serem empreendedores, assim como se ensina para o emprego, pode-se ensinar, aprender e ser empreendedor, desde que sejam desenvolvidas as características do comportamento empreendedor e que existam, nas instituições de ensino, condições para tal (postura empirista), como, por exemplo, metodologias que permitam a experiência do empreendedorismo e com o mundo de empreendedores (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010; RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Sendo assim, está dada a generosidade da educação empreendedora, pois para quem nasce com o instinto empreendedor trata-se de uma questão de aprimoramento, para quem não nasce com ele, é uma questão de ensinar por meio das ferramentas certas e, dessa forma, todos têm as mesmas condições, logo, basta aproveitar as oportunidades e se esforçar. Será que é tão simples e fácil assim? A figura 1 ilustra tal questionamento e coloca outra pergunta: quem tem mais condições de ser empreendedor?

Figura 1: Capitalismo.



Fonte: Google Imagens (ENEKO, [2000-2022]).

Os relatos abaixo, de crianças e adolescentes em situação de trabalho (SOUZA, 2014, p. 121-178), também ajudam na problematização a respeito das condições para aprender e ser empreendedor.

[...] Eu faço todos os serviços da casa (lavar, cozinhar e limpar), às vezes estou cansada e doente. Não quero fazer nenhuma coisa [...] Eu queria ter um tempinho para não fazer nada, mas é difícil [...]. Eu sou agredida se parar o trabalho para assistir televisão [...] ou se eu brincar [...]. O trabalho é uma obrigação [...] Para não ser prostituta. (GARÇA, 12 ANOS).

[...] Eu trabalho muito e não tenho tempo para cuidar de mim e nem de estudar. [...] Não ganho dinheiro, só roupas, sandália [...] às vezes são usadas, da patroa mesmo da minha mãe. O trabalho de doméstica é o dia todo, não tem fim. Lavar, cozinhar, varrer e cuidar de criança. [...] Eu trabalho muito e não tenho tempo para cuidar de mim e nem de estudar. (JAÇANÃ, 10 ANOS).

[...] O trabalho é uma obrigação [...] Tenho que pagar as minhas despesas na casa. O trabalho começa antes de vir e continua depois que volto da escola. [...] Não tenho tempo para aprender a ler e escrever?. (BEM-TE-VI, 14 ANOS).

Eu tenho obrigação de ganhar dinheiro para comprar comida. [...] Trabalho no churrasco [...]. Acender o fogo e ficar mexendo os espetos para não queimar. [...] Bem, o trabalho não permite o estudo da dança clássica [...] estudar uma dança não apenas ensaiar quadrilha. [...] Aprender o balé, assistir no teatro. (CANÁRIO, 11 ANOS).

[...] Ah, mas não tem como fazer outras atividades, o trabalho não deixa [...] Se isso fosse possível

A generosidade do empreendedorismo adentra a escola pública: crítica à falaciosa narrativa da empregabilidade e da superação das desigualdades

[...] eu aprenderia tocar um instrumento, a bateria [...]. Estudaria mais sobre a arte, como o desenho [...]. (JURUTI; 10 ANOS).

[...] Se tivesse o direito de escolher entre o trabalho e uma profissão, eu ia aprender tocar violão, fazer um curso de informática [...]. (ANDARILHO, 13 ANOS).

Os exemplos da figura 1 e os relatos acima nos lembram que os sujeitos da aprendizagem, aqueles que ‘devem ser’ protagonistas e construir seu projeto de vida, não ocupam, não falam, não aprendem e não compreendem o mundo do mesmo lugar, assim como não tem a mesma relação com o saber e não têm as mesmas oportunidades (TONIETO; BELLENZIER; BUKOWSKI, 2023). Tornam-se sem sentido ou até estranho para a grande maioria dos jovens pobres que frequentam a escola pública os chavões da força do querer, do planejamento, do gerenciamento das finanças (ganhar, poupar, gastar e doar), do consumo consciente, da criatividade e de aproveitar as oportunidades, pois são sempre contextualizados no entorno habitado pelos sujeitos.

Desse modo, as características do empreendedor em ser autoconfiante; agir com firmeza e determinação; ter iniciativa; ser criativo, flexível e perseverante (HALICKI, 2012), assim como a percepção de ter uma vida bem-sucedida, assumem diferentes sentidos e significados para os jovens de acordo com o lugar que ocupam socialmente, economicamente e culturalmente. O trabalho precário e que causa sofrimento, exemplificado anteriormente, é aceito socialmente como educativo para crianças e adolescentes pobres, já que desempenha uma função moral e de solução para a pobreza daqueles de origem trabalhadora (SOUZA, 2014, p. 181-182). Para os que não estão em situação de pobreza, o acesso a bens culturais (arte, literatura, esporte, estudo, tecnologia, línguas) é o diferencial educativo, já que é uma questão de estar preparado para aproveitar as melhores oportunidades, dar vazão para a criatividade e colocar em prática o seu projeto de vida.

A gestão da pobreza e do empreendedorismo precário (CATINI, 2020) cabe, no contexto de desigualdade, apenas a um grupo de cidadãos. A figura 2 é ilustrativa de que a generosidade do empreendedorismo não está disponível para todos; que ser empreendedor nem sempre dá vantagens no mundo da competição e que ‘ser dono’, ao invés de simplesmente ter um emprego, não é sinônimo de uma vida bem-sucedida e de superação do trabalho precário.

Obviamente que caberia o contraponto dos inspiradores casos de sucesso<sup>10</sup>, ou seja, de pessoas que superaram as condições extremamente adversas e se tornaram empreendedores, geram riqueza, contribuem socialmente e exercitam e resiliência. Sim, tais exemplos são inspiradores e movimentam o imaginário das pessoas, cumprem bem o papel de exemplo de vencedores e que existem possibilidades. Entretanto, o grande alarde com os poucos casos de sucesso e o silêncio quanto ao grande número de fracassos (CAMPOS; SOEIRO, 2016) escondem um contexto muito mais complexo, composto por um conjunto de condições específicas, como, por exemplo, políticas públicas, redes de apoio e investimentos estatais<sup>11</sup> que interferem diretamente nos resultados dos empreendimentos.

Novamente, pode aparecer a objeção de que não adianta condições sem sujeitos com instinto e atitude empreendedora, visionários e corajosos. Mesmo que tal objeção seja pertinente, é necessário lembrar que não basta ter uma ideia na cabeça e ter a determinação para colocá-la em ação. Os casos de

10 Ver a análise realizada por Campos e Soeiro (2016) a respeito das “histórias para encantar”.

11 Ver a análise de Mazucato (2014) a respeito das redes de apoio estatais que permitiram o desenvolvimento de alguns empreendimentos que exemplificam os casos de sucesso.

fracasso são sempre muito superiores aos casos de sucesso e não é uma atitude de pessimismo, pois se trata de uma questão de desmistificação de que a generosidade do empreendedorismo está disponível para todos e, também, da própria responsabilização da escola, que, ao não ser empreendedora, contribui para perpetuar as injustiças sociais.

Assim, a escola é que contribui para a perpetuação das injustiças sociais quando se torna segregada, empobrecida e responsabilizada pelo fracasso dos indivíduos, isto é, quando a escola não possui as mínimas condições de funcionamento<sup>12</sup>, pois está sem esgoto, água, luz, internet, laboratório, mesas, cadeiras, livros, professores e vazia de conhecimento (CATINI, 2020). Poderia até se dizer que é uma escola muito engraçada, pois não “[...] tinha teto, não tinha nada” (MORAES, 1980) e irreal; porém, ela existe e faz parte do complexo cenário educacional brasileiro.

Figura 2: Os empreendedores.



Fonte: Toni D'Agostinho Cartunista. Disponível em: <<https://www.acaricatura.com.br/copia-publicacoes-2>>.

O discurso generalista e descuidado da generosidade do empreendedorismo como solução para a pobreza e o desemprego justifica e “[...] causa exploração, desigualdade e sobretudo desumanização dos sujeitos” (CAMPOS; SOEIRO, 2016, p. 76). O empreendedorismo como forma de expressão da criatividade humana, capacidade de resolução de problemas, criação de novos produtos, abertura de novos mercados e geração de riqueza, assim como, oportunidade para superação das condições adversas da vida, ou seja, como sinônimo de sucesso depende, também, de fatores externos favoráveis. Não basta a força do querer ser empreendedor e ter sucesso na vida, é necessária uma estrutura/arquitetura que permita o ‘acontecer’; não existe empreendedorismo e inovação sem a ação do Estado e de políticas públicas (MAZZUCATO, 2014).

Dessa maneira, a difusão da generosidade do empreendedorismo, com aposta para a resolução do problema de emprego e para a conquista de condições melhores de vida para si e para a comunidade, reflete um sistema de valor formativo perverso, pois não se trata somente do desenvolvimento de habilidades inovadoras, ousadas e arriscadas, mas de responsabilização dos sujeitos pela sua condição e de sua comunidade. Para Dardot e Laval (2016), essa forma neoliberal de gerir a escola se constitui por meio de caminhos que se apresentam como seguros e encorajam os sujeitos para a motivação, a criatividade e a

12 Ver o caso curioso das escolas brasileiras que receberam kits de robótica, no entanto, não possuem sala de aula, computadores, internet e nem água encanada (SALDAÑA, 2022).



iniciativa, em que a valorização é inerente à vida individual e social, entretanto, torna-se uma perpétua gestão de riscos, que exige autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, já que a gestão das múltiplas dimensões da vida passa a ser uma questão de escolha e decisão do sujeito.

As consequências desse processo de estruturação das relações individuais e sociais por meio da lógica da liberdade, autonomia individual, escolha, planejamento e gestão da vida, não tem se mostrado como um “[...] mundo de produtores autônomos”, mas algo semelhante a “[...] uma selva de exploração, de desigualdade e exploração social” (CAMPOS; SOEIRO, 2016, p. 10). Consequentemente, o discurso do empreendedorismo se constitui como uma nova forma de dominação da subjetividade, incorporando nos sujeitos “a cultura da empresa”, da competição, do desempenho, da recompensa de acordo com o esforço, sem considerar a complexidade da formação humana que se desenvolve em diferentes e multifacetados contextos. Todavia, a configuração da existência por meio da governabilidade neoliberal “[...] passa a estruturar toda a vida social com vista a promover um homem novo, construído a partir do cálculo econômico e da relação mercantil” (CAMPOS; SOEIRO, 2016, p. 11). Tal proposta faz parte de uma arquitetura social, econômica e cultural que define um sistema de valores e uma “[...] nova razão do mundo”, que descreve e alimenta as novas aspirações e as novas condutas dos sujeitos (DARDOT, LAVAL, 2016).

Diante desse diagnóstico crítico do contexto em que a educação está inserida, as novas reformas curriculares, como a do novo ensino médio brasileiro, estimulam e redefinem a narrativa neoliberal no ambiente educacional, ou seja, as escolas precisam dar uma resposta para os desafios do seu tempo e serem responsabilizadas se assim não o fizerem. O objetivo da abertura da escola para os ideais formativos neoliberais e do estímulo ao empreendedorismo “[...] reside em promover a reação em cadeia, produzindo sujeitos empreendedores que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

Essa modelagem torna os indivíduos aptos a suportarem as novas condições que lhes são impostas, por meio de um imaginário generoso de realização, independência e sucesso pessoal. Com efeito, essa retórica que se acentua na liberdade e na autonomia individual, por meio “[...] da narrativa do empreendedorismo tem, por sua vez um efeito político cada vez mais evidente: fazer com que cada um se sinta o responsável único pela sua situação” (CAMPOS; SOEIRO, p. 10).

Assim, todo esse emaranhado de maior autonomia, de hipervalorização do indivíduo, vai transformando a lógica da formação das futuras gerações de trabalhadores, porque as características da empresa se tornam um modelo de gestão da própria vida e da busca pelo conhecimento. E são esses movimentos genéricos que marcam as mudanças realizadas no currículo pela proposta formativa do novo ensino médio, expressa nos demais documentos com o Referencial Curricular Gaúcho.

## **O empreendedorismo como proposta curricular no Referencial Curricular Gaúcho**

A temática do empreendedorismo é apresentada no RCG do Ensino Médio como um dos temas contemporâneos e transversais que perpassam todo o documento, uma vez que é importante e deve ser considerado na escola. Desse modo, o processo educativo volta-se para o desenvolvimento de competências na perspectiva de que todos têm o potencial para empreender, basta aventurar-se no jogo da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016). A grande estratégia se encontra no encadeamento intencional, na proposta curricular, que pretende preparar as futuras gerações pelo viés profissional, por meio do qual o desemprego

será suprimido e a vida socialmente, economicamente e culturalmente será melhor.

Trata-se, portanto, de “[...] introduzir dispositivos de regulação mercantis, para conseguir que os indivíduos se tornem ativos, empreendedores, protagonistas de suas escolhas, arrojados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 224). Entretanto, os sujeitos são submetidos à autonomia/escolha manipulada e administrada (FÁVERO; TONIETO; BELLENZIER; BUKOWSKI; CONSALTÉR; CENTENARO, 2022, TONIETO; BELLENZIER; BUKOWSKI, 2023), e também, à coerção flexível, orientados pelas habilidades socioemocionais, gestão e controle da própria vida, elaboração de um projeto de vida e preparação para empreender.

Assim, o tema do empreendedorismo faz parte de uma proposta educativa que não está ligada a componentes curriculares específicos, pois perpassa todos eles e é importante para que educação escolar seja eficaz na “[...] construção da cidadania e participação ativa dos estudantes em todas as suas ações e significados de suas atitudes” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 64). Tal proposta de articulação curricular transversal por meio de “[...] práticas educativas integradas” torna viável um “[...] ensino contextualizado, atual, humanitário, atraente e democrático”, de modo a convergir para a “[...] justiça social, a equidade, o diálogo, a solidariedade e a dignidade humana” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 64). Nessa elaboração transversal do currículo, por meio de um arcabouço que sinaliza para a realização pessoal, oferece-se elementos que, mesmo apontando para um universo transformador, constituem-se especialmente em consolidar, no ser humano, por meio da educação empreendedora, a solução para os problemas econômicos. O problema encontra-se em “[...] orientar sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre e em toda parte comprometidos com relações de transação e concorrência no mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 243). Diante dessa persuasão retórica, que orienta o currículo através de conceitos que pressupõe “responsabilidade”, a educação torna-se um trabalho associado a recompensas que se apresenta somente como resultado de escolhas individuais. Nesse sentido, “[...] a doença, o desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistas como consequência de cálculos errados” (DARDOT; LAVAL, p. 230).

É dessa maneira que a definição de educação empreendedora, apresentada no RCG (quadro 1) e articulada com a BNCC, mostra que o empreendedorismo não é apenas uma temática a ser abordada na escola, mas uma proposta educativa/formativa dos jovens (intelectual, criativa, produtiva) que se justifica pela promoção do protagonismo, preparação para o mundo do trabalho, planejamento do futuro, aproveitamento de oportunidades, desenvolvimento de competência e habilidades, cultivo do instinto e espírito empreendedor. Na BNCC não consta a expressão “educação empreendedora”, porém o RCG assim define a abordagem do empreendedorismo na escola, mostrando um esforço de tradução de concepções e articulação entre os dois documentos.

A definição apresentada no RCG não apresenta novidades, pois retoma: (i) o conceito de desenvolvimento de competência e habilidades e de ampliação da relação entre escola e sociedade; (ii) a justificativa de superação de desafios e aprimoramento do instinto inovador; (iii) os objetivos voltados para a gestão e solução de problemas, planejamento de ações, desenvolvimento de capacidades pessoais; (iv) o foco são os futuros profissionais; (v) utilizando a estratégia de abordagem contextualizada dos conteúdos e “modelos de pensamento inovador”; (vi) e a escola como lugar de tal construção. Fica claro, também, a (i) responsabilização do indivíduo e da escola, pois ser inovador é algo natural, dado, faz parte da natureza humana, então todos têm, e não o aprimora quem não quer; (ii) as oportunidades estão disponíveis igualmente, então, aproveitá-las é uma questão lógica de planejamento, criatividade, iniciativa e independência; existe um modelo ou padrão de pensamento a ser seguido pela escola (e professores),

apesar de não caracterizá-lo (poderá ser tema de formação para os professores e existem manuais para tal). A lógica da educação empreendedora parece simples, quando mencionada como uma questão de saber aproveitar o que já está dado: competência, instinto, oportunidade, planejamento, contextualização e modelo de pensamento.

**Quadro 1:** Definição de educação empreendedora apresentado no RCG.

Documento	BNCC (BRASIL, 2018)	RCG-EM (2021)
<b>Conceito</b>	Educação empreendedora	Educação empreendedora
<b>Definição (O quê?)</b>	--	Habilidades e competências: empatia e a capacidade de resolução de problemas, reforçando a necessidade de se ampliar a conexão da sociedade com a escola.
<b>Justificativa (Por quê?)</b>	Colaborar para o desenvolvimento do caráter intelectual, criativo e produtivo dos jovens.	As pessoas desenvolvam habilidades voltadas à superação de desafios e avanço de instinto inovador e ousado.
<b>Objetivo/s (Para quê?)</b>	Favorecer o protagonismo juvenil; preparar para os entraves e obstáculos do mundo do trabalho; mostrar as oportunidades que podem se tornar ações concretas desde que haja um mínimo de planejamento de seu futuro por meio de atitudes empreendedoras.	Desenvolver as habilidades para gestão direcionada na solução de problemas; Pesquisar, analisar e planejar ações a serem desenvolvidas na escola ou na vida pessoal; desenvolvimento de qualidades pessoais, como a criatividade, a iniciativa e a independência
<b>Público-alvo (Para quem?)</b>	Estudantes do EM	Estudantes do EM/ futuros profissionais
<b>Metodologia/ Estratégias (Como?)</b>	--	Inserção de conteúdos contextualizados; modelos de pensamento empreendedor.
<b>Local (Onde?)</b>	--	Escola

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do RCG

Na apresentação do conceito de empreendedorismo, o RCG recupera duas definições já apresentadas em documentos educacionais, conforme quadro 2, as DCNs do ensino médio (2018) e a Política Estadual de Empreendedorismo do Rio Grande do Sul (2019). Na primeira, a ênfase recai na mobilização de diferentes conhecimentos voltados para a criação e desenvolvimento de organizações, produtos e prestação de serviços; a segunda dá destaque para o desenvolvimento pessoal fomentado pela criatividade e iniciativa, voltado para a vocação, oportunidades e projeto de vida.

Na definição do RCG, por sua vez, a ênfase recai na resolução de problemas práticos e sociais, por meio do uso das metodologias ativas na escola. Entretanto, é possível notar que as três definições não apresentam justificativa para o posicionamento e ambas têm, como foco, os estudantes e futuros trabalhadores; o RCG não apresenta objetivo/s e ambas dão conta dos pilares da vida produtiva, vocação, oportunidade e planejamento pessoal, os quais, por sua vez, estão assentados no tripé: conhecimento, desenvolvimento pessoal e resolução de problemas.

Nesse sentido, as definições apresentadas são complementares, mas, se tomadas isoladamente,

são incompletas, parecendo, por vezes, temerem assumir a definição corrente de empreendedorismo que permeia a imaginação dos reformadores, governo, sociedade e especialistas. A definição apresentada no RCG, no entanto, é a mais tímida, genérica e superficial.

Uma busca rápida no site de pesquisa Google permite identificar as definições mais correntes e usuais de empreendedorismo: significa empreender, ou seja, resolver um problema/uma situação complicada e saber identificar oportunidades e transformá-las em um negócio lucrativo. A origem do vocábulo empreendedorismo está ligada ao setor empresarial, relacionado com a criação de empresas e produtos novos, sendo importante para a sociedade, porque transforma conhecimento em produtos, contribui para a economia (gera riqueza e oportunidades de emprego), ajuda na melhoria da qualidade de produtos e serviços, promove a concorrência, ajuda a preservar o meio ambiente.

Além disso, o termo possui várias dimensões, como, por exemplo, corporativo, pequenos negócios, *startup*, social digital, sustentável, as quais ocorrem por oportunidade ou por necessidade. A partir desse panorama geral corrente, é possível perceber que, nas definições apresentadas na Política Estadual e no RCG, há uma tentativa de traduzir a linguagem técnica para a uma linguagem mais pedagógica, já as DCNs são mais fiéis à linguagem técnica, no entanto, apesar das nuances da linguagem, a intencionalidade parece ser a mesma.

**Quadro 2:** Definições de empreendedorismo apresentadas no RCG.

Documento	CNE/CEB nº. 3/2018 (atualiza as DCNs do E.M)	Lei Estadual nº. 15.410/2019 (Política Estadual de Empreendedorismo)	RCG-EM (2021)
Conceito	Empreendedorismo	Empreendedorismo	Empreendedorismo
Definição (O que é?)	Lugar de mobilização de conhecimentos de diferentes áreas.	Aprendizado pessoal impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa.	A possibilidade de resolver problemas de ordem prático social.
Justificativa (Por quê?)	--	--	--
Objetivo/s (Para quê?)	Formação de organizações com variados propósitos voltados ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços.	Descoberta vocacional, a percepção de oportunidade e a construção de um projeto de vida.	--
Público-alvo (Para quem?)	Estudantes do EM.	Estudantes.	Estudantes.
Metodologia/ Estratégias (Como?)	--	--	Metodologias ativas
Local (Onde?)	--	--	Escola

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do RCG.

A definição de cultura empreendedora apresentada no RCG é a recuperação do texto da Política Estadual de Empreendedorismo do Rio Grande do Sul, conforme quadro 3, a qual está focada no



comportamento e atitude, na responsabilização dos sujeitos pelo seu futuro e da comunidade, atinge professores, estudantes e as instituições de ensino de forma geral. É a primeira definição que cita os professores, os quais, por sua vez, também precisam investir no seu desenvolvimento.

No entanto, o RCG não avança na definição da política estadual, o que resulta, desse modo, na dúvida quanto à justificativa de tal posicionamento e às estratégias que a tornaria possível nas instituições de ensino. As instituições de ensino empreendedoras podem, entretanto, se reinventar, inovar, mudar e pensar novas formas de ser e fazer.

**Quadro 3:** Definição de cultura empreendedora apresentada no RCG.

Documento	Lei Estadual nº. 15.410/2019
Conceito	Cultura empreendedora
Definição (O que é?)	Internalização de comportamento e atitude empreendedores
Justificativa (Por quê?)	--
Objetivo/s (Para quê?)	Se tornem responsáveis pelo seu próprio futuro e das comunidades em que vivem.
Público-alvo (Para quem?)	Estudantes e professores.
Metodologia/ Estratégias (Como?)	--
Local (Onde?)	Instituições de ensino.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do RCG.

Outra definição que aparece no RCG é a de prática empreendedora, recuperando a política estadual e adicionando elementos novos, conforme quadro 4. Quanto à definição e objetivos, a política estadual é mais genérica e o RCG mais objetivo; quanto a justificativa, o RCG supre a lacuna da política estadual, recuperando o discurso amplamente utilizado na reforma no ensino médio. O público-alvo é o mesmo, ou seja, o foco é a formação dos estudantes; quanto às estratégias, a política estadual é mais precisa e aponta várias possibilidades, já o RCG retoma a premissa da transversalidade e interdisciplinaridade. O espaço-tempo da política é mais específico, o do RCG mais focado. Entretanto, na definição do RCG, percebe-se um tom mais propositivo, sugerindo algumas metodologias ativas e os benefícios de sua adoção; nota-se, também, o foco nas questões comportamentais e atitudinais dos estudantes.

**Quadro 4:** Definições de prática empreendedora apresentadas no RCG.

Documento	Lei Estadual nº. 15.410/2019	RCG-EM (2021)
Conceito	Prática empreendedora.	Prática empreendedora.
Definição (O que é?)	Iniciativas ou experiências educacionais.	Exploração de metodologias ativas.
Justificativa (Por quê?)	--	Prepararem-se para o mundo globalizado do trabalho, que cada vez mais está em constante mudança.
Objetivo/s (Para quê?)	Inspirar e proporcionar oportunidades para os estudantes se envolverem com o empreendedorismo.	Resolução de problemas; trabalho em equipe; participação.
Público-alvo (Para quem?)	Estudantes	Estudantes.
Metodologia/ Estratégias (Como?)	Disciplinas, técnicas de ensino, materiais didáticos, pesquisas, projetos interdisciplinares, eventos culturais, feiras, programas de tutoria e mentoria.	Maneira transversal e interdisciplinar.
Local (Onde?)	Dentro e fora da sala de aula.	Escola.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do RCG.

O último conceito identificado no texto do RCG é o de metodologias inovadoras, exposto no quadro 5, apresentado de forma superficial, genérica, incompleta e focada no comportamento e atitudes. Seriam as metodologias empreendedoras, as metodologias ativas e as alinhadas com o modelo de pensamento empreendedor?

**Quadro 5:** Definição de metodologias inovadoras apresentada no RCG.

Documento	RCG-EM (2021)
Conceito	Metodologias empreendedoras
Definição (O que é?)	--
Justificativa (Por quê?)	--
Objetivo/s (Para quê?)	Senso crítico; comportamento proativo no estabelecimento de metas e planejamentos para a execução de soluções.
Público-alvo (Para quem?)	Estudantes
Metodologia/ Estratégias (Como?)	--
Local (Onde?)	--

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do RCG.

O emaranhado de definições apresentadas no texto do RCG é traduzido em três itinerários formativos, apesar da proposta de princípio educativo transversal, conforme quadro 6. Os itinerários

formativos passam a ser denominados de trilhas de aprofundamento curricular, os quais são organizados segundo a lógica de um curso estruturado por disciplinas e carga horária distribuída nos segundos e terceiros anos. A proposta transversal cede lugar, então, a um conjunto de disciplinas organizadas em torno da temática do empreendedorismo.

Percebe-se, na organização das disciplinas, que há um núcleo que é comum para as três trilhas, tendo como área focal as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e um conjunto específico destinado às áreas complementares. A educação empreendedora e a cultura empreendedora são traduzidas, desse modo, em conteúdos disciplinares, cabendo às escolas e aos professores a escolha das metodologias inovadoras e estratégias transversais, assim como, está alinhado ao discurso da inserção do empreendedorismo como uma questão de efetivação da justiça social pelas instituições de ensino.

**Quadro 6:** Itinerários formativos propostos pelo RCG cuja área focal é o empreendedorismo.

<b>Trilhas de Aprofundamento Curricular</b>	Empreender, Comunicar e Transformar	Empreendedorismo, Justiça Social e Inovação	Empreendedorismo e Ações Sustentáveis
<b>Temática</b>	Empreendedorismo	Empreendedorismo	Empreendedorismo
<b>Área focal</b>	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
<b>Área complementar</b>	Linguagens e suas Tecnologias	Matemática e suas tecnologias	Ciências da Natureza e suas tecnologias
<b>Disciplinas comuns</b>	Direitos Humanos e cidadania; Inovações empreendedoras; Gestão e marketing no mundo do trabalho; Responsabilidade social, legislação e empreendedorismo; Profissões, trabalho e ética.		
<b>Disciplinas específicas</b>	Comunicação e marketing; Linguagens digitais; A linguagem na construção de projetos.	Estatística básica; Matemática aplicada; Estudos quali-quantitativos em empreendedorismo, justiça social e inovação.	Ciclo de vida dos materiais; Cooperativismo e meio ambiente; Legislação ambiental.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A presença do empreendedorismo no RCG está alinhada às determinações legais nacionais (LDB, BNCC, DCNs) e às específicas do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº. 15.410/2019). O potencial generoso do empreendedorismo, na escola, como garantia de combate às injustiças sociais e de oportunidade para expressão e aprimoramento do instinto empreendedor, está presente no currículo como competência geral e específica, como habilidade da área das Ciências Humanas e Aplicadas, compõe a parte flexível do currículo (itinerários formativos) e a de formação geral básica associado, sobretudo, às habilidades socioemocionais e ao projeto de vida. Estão postas, assim, as condições e as premissas para uma educação empreendedora disponível a todos os estudantes gaúchos. Agora, é uma questão de investir no projeto de vida, aproveitar as oportunidades e transformar a vida pessoal e da comunidade.

## **Considerações finais**

A retórica em torno do empreendedorismo na escola ou de uma educação empreendedora dissemina a ideia de que o sonho do sucesso financeiro depende unicamente da iniciativa e da proatividade, enfim, é uma questão de estar preparado para aproveitar as oportunidades que estão disponíveis para todos. Nosso objetivo não é desencantar um sonho, muito menos de afirmar que tais características citadas anteriormente não são importantes para o crescimento pessoal, social e econômico dos indivíduos; muito menos, de negar que o empreendedorismo traz alguns benefícios pessoais e coletivos.

Nossa crítica reside na falácia de que estudar empreendedorismo e inserir o empreendedorismo na escola seja garantia de sucesso, de que a generosidade do empreendedorismo está disponível para todos e de que basta a força do querer, visto que um projeto de vida e a disposição para aproveitar as oportunidades, que são iguais, estão disponíveis para todos. Nossa crítica reside, também, na responsabilização da escola que não é empreendedora pelas injustiças sociais e dos indivíduos pela sua condição material de vida, pois a complexidade da vida, da sobrevivência, da relação com o saber e com o trabalho demandam dos sujeitos muito mais do que um cálculo racional para gestar um projeto de vida a partir do suposto instinto empreendedor dado para todos. Quando se alimenta um sonho a partir de uma lógica falaciosa, engana-se e manipula-se as pessoas, seus desejos, aspirações, sonhos, quando se promete uma educação e uma escola empreendedora, mas que é precária nas suas condições reais, por falta de condições de infraestrutura de recursos humanos e de projetos encarnados nas situações reais dos estudantes e professores, aposta-se em um caminho equivocado, que frustra os profissionais da educação que são responsabilizados injustamente pela sociedade que acaba depreciando a educação pública. A educação e a escola são capazes, sim, de transformar vidas e são imprescindíveis para a formação dos indivíduos e para a construção de coletivos que dinamizam a própria sociedade. No entanto, atribuir somente a elas (educação e escola) a responsabilização pelo sucesso e pelo fracasso, pela falta de emprego, pela precariedade de certas comunidades é, no mínimo, irresponsável e leviano.

O discurso em torno do empreendedorismo, além de ser falacioso, está relacionado à produção do conhecimento que pode ser utilizado, sobretudo, para vencer os outros na competição e na máxima de que por meio da iniciativa individual e do exercício para o sucesso se alcançará as condições fundamentais para a entrada no mercado de trabalho. Assim, políticas educacionais pautadas por tal lógica, como, por exemplo, a atual reforma do ensino médio, podem provocar impactos negativos na vida dos estudantes ao se justificar a necessidade da educação e da escolarização somente como forma de adequação da escola às demandas econômicas.

A formação para viver em um mundo globalizado faz parte do processo educacional, no entanto, ancorá-la na responsabilização dos indivíduos e do comportamento proativo baseado na capacidade de arriscar e aceitar as consequências desse risco para justificar o ensino do empreendedorismo como desenvolvimento de habilidades para solução de problemas na escola e na vida é instrumentalizar os processos educativos e torná-los reféns de decisões econômicas e políticas que extrapolam o âmbito educacional.

Tal proposta de ensino, como promoção da empregabilidade, reduz a formação humana a um objetivo estratégico, que dispersa o olhar dos sujeitos para as políticas públicas, que pouco investem em qualidade das escolas e direciona as ações, única e exclusivamente para o treinamento de indivíduos que precisam se ajustar ao mercado de trabalho para uma sociedade centrada, unicamente, para o desenvolvimento econômico.



A retórica falaciosa criada em torno do empreendedorismo como uma das grandes “inovações” do novo ensino médio é enganosa, pois, conforme apontado no percurso deste texto, a aposta na educação empreendedora já esteve presente na educação básica brasileira como programa. Será que, agora, como política educacional, será efetiva e alcançará os resultados exitosos difundidos pelos seus defensores? É possível fazer uma escola empreendedora e promotora da justiça social, enquanto perdura a precariedade de estrutura física, a limitação dos recursos pedagógicos e a precarização do trabalho docente? Será o ensino médio, no seu novo formato, mais atrativo para os estudantes e útil para a sociedade? Como se trata de uma política em processo de implementação e tradução, análises futuras do “contexto da prática” e do “contexto dos resultados e efeitos” da política (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994) nos ajudarão a responder tais questões.

## Referências

- BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa/PR: Editora UEPG, 2016.
- BEZERRA FILHO, J. M. **Exposição de Motivos nº 00084/2016/MEC**. Brasília: Ministério da Educação, 15 de setembro de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/exm/exm-mp-746-16.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/exm/exm-mp-746-16.pdf)>. Acesso em 05 de abril de 2022.
- BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming Education and Changing Schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.083**, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm)>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em jun. 2022.
- CAMPOS, A.; SOEIRO, J. **A falácia do empreendedorismo**. Lisboa. Bertrand, 2016.
- CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**. São Paulo, n.127, p. 53-68, 2020.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENEKO. Cartoon de Eneko Las Heras. **Google Imagens**, [s.l.], [2000-2022]. Disponível em: <<https://i.imgur.com/HfFKNGI.jpg>>. Acesso em jun. 2022.
- FÁVERO, A. A.; TONIETO, C.; BELLENZIER, C. S.; BUKOWSKI, C.; CONSALTÉR, E. & CENTENARO, J. B. O protagonismo dos estudantes na reforma do ensino médio: de que protagonismo estamos falando?. In: C. Körbes; E. B. Ferreira; M. Silva & R. P. Barbosa (orgs.). **Ensino médio em pesquisa**. CRV, 2022. p. 215-228.
- HALICKI, Z. **Empreendedorismo**. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2012.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2003.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade** [online]. v. 27, n. 94, 2006.

MAZUCATTO, M. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB Nº 3**, de 21 de novembro de 2018a. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622)>. Acesso em jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1.432**, de 28 de dezembro de 2018b. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199)>. Acesso em: 06 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Caderno Educação econômica**. Série Cadernos Pedagógicos. Brasília: MEC/SEB, [2010?]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12333-educacaoeconomica-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12333-educacaoeconomica-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 06 abr. 2022.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, V. **A casa**. Álbum a Arca de Noé. Rio de Janeiro: Philipps, 1980. 2,07 min. Disponível em: <<https://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/casa>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei nº 15.410**, de 19 de dezembro de 2019. Institui a Política Estadual de Educação Empreendedora, a ser desenvolvida no âmbito das escolas técnicas e das escolas de nível médio do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15410-2019-rio-grande-do-sul-altera-a-lei-n-12616-de-8-de-novembro-de>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Referencial curricular gaúcho**: Ensino Médio. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação/RS, 2021. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/24135335-referencial-curricular-gaucha-em.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

SALDANÃ, P. Governo Bolsonaro destina R\$ 26 mi em kit robótica para escolas sem água e computador. **Folha de S. Paulo**, Alagoas, 6 de abril de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/governo-bolsonaro-destina-r-26-mi-em-kit-robotica-para-escolas-sem-agua-e-computador.shtml>>. Acesso em 11 abril 2022.

SOUZA, A. P. V. Trabalho infantil: uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em condição de trabalho. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014.

TONIETO, C.; BELLENZIER, C.; BUKOWSKI, C. As concepções dos estudantes em relação ao protagonismo juvenil no Novo Ensino Médio. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 30, p. e14398, 3 abr. 2023. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14398>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Submetido em: 20/06/2022.

Aceito em: 10/05/2023.